

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL - NOTURNO**

Ana Paula Braga Beise

A GESTÃO EDUCACIONAL DIANTE DOS DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR

**Santa Maria, RS
2023**

Ana Paula Braga Beise

A GESTÃO EDUCACIONAL DIANTE DOS DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação Licenciatura em Educação Especial Noturno, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Educação Especial.

Professora Orientadora: Prof^a. Dr^a. Elisane Maria Rampelotto

Santa Maria, RS
2023

Ana Paula Braga Beise

A GESTÃO EDUCACIONAL DIANTE DOS DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Educação Especial Noturno, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Educação Especial.

Aprovado em 18 de dezembro de 2023:

Prof^ª. Dr^ª. Elisane Maria Rampelotto (UFSM)
(Presidente / Orientadora)

Prof^ª. Dr^ª. Josefa Lídia Costa Pereira (UFSM)

Prof^ª. Dr^ª. Tatiane Negrini (UFSM)

Santa Maria, RS
2023

RESUMO

A GESTÃO EDUCACIONAL DIANTE DOS DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR

Ana Paula Braga Beise
Prof^a. Dr^a. Elisane Maria Rampelotto

Este trabalho investiga questões que demonstram os novos e necessários rumos da nossa Educação, investigar as ações e estratégias da gestão escolar no processo de inclusão e utilizou-se de documentos e leis no que se refere a gestão escolar e inclusão. A inclusão dos alunos com necessidades especiais passou a ser vista como a melhor maneira de democratizar as oportunidades educacionais. Trata-se de uma pesquisa qualitativa exploratória realizada através de estudo de campo, pesquisa documental e uso de questionário aplicado a duas gestoras de uma escola da rede municipal de Santa Maria para coletar as informações. A presente pesquisa teve como foco principal investigar como se dá a participação da gestão escolar para efetivação de uma Escola Inclusiva e utilizou-se de questionário, documentos e leis no que se refere a gestão escolar e inclusão. A aplicação do questionário possibilitou verificar a problemática da pesquisa que foi conhecer os desafios da gestão escolar na Inclusão Escolar do público da Educação Especial, contribuir com a estrutura organizacional das escolas, visando a proposta de Educação Inclusiva e conhecer como a gestão escolar pode participar das ações em prol da inclusão. Foi possível perceber a importância do papel dos gestores diante da inclusão de alunos com necessidades escolares, pois cabe a gestão escolar garantir a acessibilidade a estes alunos assegurando aos alunos melhores condições através de uma gestão democrática. Esta pesquisa foi de suma importância para compreender que a gestão escolar é um dos elementos determinantes para o desempenho de uma escola, atrelada a democratização e a participação que leva à consciência de cidadania como prática da transformação social, possibilitando a construção de uma escola/sociedade mais justa e democrática.

Palavras-chave: Gestão Escolar. Inclusão. Escola Inclusiva.

ABSTRACT

EDUCATIONAL MANAGEMENT FACING THE CHALLENGES OF SCHOOL INCLUSION

Ana Paula Braga Beise
Prof^a. Dr^a. Elisane Maria Rampelotto

This work investigates issues that demonstrate the new and necessary directions of our Education, investigates the actions and strategies of school management in the inclusion process and uses documents and laws regarding school management and inclusion. The inclusion of students with special needs has come to be seen as the best way to democratize educational opportunities. This is an exploratory qualitative research carried out through field study, documentary research and the use of a questionnaire applied to two managers of a school in the municipal network of Santa Maria to collect information. The main focus of this research was to investigate how school management participates in implementing an Inclusive School and used a questionnaire, documents and laws regarding school management and inclusion. The application of the questionnaire made it possible to verify the research problem, which is to understand the challenges of school management in the School Inclusion of the Special Education public, to contribute to the organizational structure of schools, aiming at the Inclusive Education proposal and to know how school management can participate in actions in favor of inclusion. It was possible to perceive the importance of the role of managers in the inclusion of students with school needs, as it is up to school management to guarantee accessibility to these students, ensuring better conditions for students through democratic management. This research was extremely important to understand that school management is one of the determining elements for the performance of a school, linked to democratization and participation that leads to awareness of citizenship as a practice of social transformation, enabling the construction of a school/society fairer and more democratic.

Keywords: School Management. Inclusion. Inclusive School.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 METODOLOGIA INVESTIGATIVA	9
2.1 LÓCUS DE PESQUISA.....	11
2.2 SUJEITOS DE PESQUISA.....	11
2.3 INSTRUMENTO DE PESQUISA.....	12
3 REFERENCIAL TEÓRICO	13
3.1 LEGISLAÇÃO E ASPECTOS LEGAIS DA INCLUSÃO ESCOLAR DO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	13
3.2 A INCLUSÃO ESCOLAR: UM DIREITO DE TODOS.....	15
3.3 GESTÃO ESCOLAR: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	18
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	20
REFERÊNCIAS	26
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	29
APÊNDICE B – ROTEIRO QUESTIONÁRIO	32
APÊNDICE C – AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL	34

1 INTRODUÇÃO

Para iniciar a escrita deste Trabalho de Conclusão de Curso -TCC, menciono um pouco da minha trajetória acadêmica, desde que entrei no ensino superior.

Meu ingresso na Universidade Federal de Santa Maria- UFSM, se deu através do processo de seleção do Vestibular de 2009, para o Curso de Pedagogia diurno. Concluí o Curso no ano de 2014, colando grau em 2015.

A escolha pelo tema desta pesquisa iniciou a partir de experiências durante a graduação de Pedagogia por meio do Programa Institucional de Iniciação à Docência, o “Pibid”. Este programa é destinado a fomentar a iniciação à docência, contribuindo para a formação do aluno nas licenciaturas.

No Curso de Pedagogia o Pibid, no qual participei, era destinado a Práticas Pedagógicas Inclusivas, que tinha função de planejar, desenvolver práticas pedagógicas significativas. Tinha como ênfase habilidades de leitura, voltadas para uma melhor aprendizagem e consequente inclusão dos alunos na escola. Também, acompanhava a rotina da turma, auxiliando em atividades e fazendo suporte pedagógico individualizado com os alunos que possuíam dificuldades na aprendizagem da leitura e da escrita. Além disso, desenvolvia uma sequência didática juntamente com o professor regente da turma, visando sanar as dificuldades da classe e a dinamizar os processos pedagógicos.

Foi durante a experiência vivenciada no Pibid, que me despertou o interesse em conhecer a área da inclusão e seus desafios. E, recém-formada no Curso de Pedagogia, senti a necessidade de conhecer e aprofundar sobre o público da educação especial, pois tive alunos incluídos - público do Atendimento Educacional Especializado- AEE. A visão que eu tinha dos sujeitos da Educação Especial era muito ampla, pois durante o Curso de Pedagogia, poucas eram as disciplinas específicas da área da Educação Especial ofertadas.

Então, busquei a formação complementar ingressando em 2015, no Curso de Educação Especial noturno, para assim conhecer as metodologias, técnicas e estratégias para o ensino desses alunos. E, também, como promover a interação com os demais alunos da sala de aula e da escola, de forma que saibam lidar com o diferente com mais empatia e espírito de colaboração.

Cada vez mais é necessário que os horizontes escolares sejam ampliados e que sua organização seja e esteja profissionalizada e que cada um ocupe conscientemente seu lugar com responsabilidade e compromisso.

A escola é um bem comum e deve ser abraçada por toda a comunidade onde está inserida, e todos a devem ter como extensão de suas casas, lugar de formação de cidadãos críticos e preparados para a vida em sociedade.

É dada a escola o dever de incluir a todos, acolher e preparar cidadãos para enfrentarem um futuro que depende cada dia mais de formação intelectual, profissional, e a escola deve encampar, portanto o berço da formação do cidadão. Entendemos que a cidadania só será alcançada quando pudermos garantir, aos excluídos, educação e oportunidades de trabalho.

O papel da Escola Inclusiva, que assume a necessidade real e urgente da inclusão social de todos, é que se deve dar o princípio do resgate da cidadania, da participação comunitária na gestão dessa escola, para que ela possa atender a todos os anseios da comunidade onde está inserida.

A Equipe Diretiva, deve ser qualificada para liderar os rumos que a Escola precisa tomar em participação com o Conselho Escolar, que se concentram as grandes responsabilidades pelo sucesso da instituição. Para tanto, se faz necessário uma tomada de consciência de deveres diante da administração e dos rumos da Escola, com honestidade e transparência. Esses pontos prioritários seja, que o mesmo tenha a função de acolher a comunidade e que essa se empenhe na empreitada da gestão democrática e participativa que hoje é uma necessidade emergente.

Nesse sentido, **estabeleci** como Problema de Pesquisa: Quais os desafios do Gestor Educacional de uma escola da **Rede Municipal de Ensino de Santa Maria para a Inclusão Escolar do público da Educação Especial?** E como Objetivo Geral quero: - Investigar como se dá a participação da gestão escolar para efetivação de uma Escola Inclusiva. E, **constitui** como Objetivos Específicos:

- Conhecer os desafios da gestão escolar na **Inclusão Escolar do público da Educação Especial.**
- Contribuir com a estrutura organizacional das escolas, visando a proposta de Educação Inclusiva.
- Conhecer como a gestão escolar pode participar das ações em prol da inclusão.

Este trabalho está estruturado por uma apresentação e justificativa que foi descrito como **INTRODUÇÃO**, onde abordo parte da minha trajetória acadêmica no ensino superior e a escolha pelos Cursos de Pedagogia e Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Assim, como também trago o Problema de Pesquisa e os Objetivos do trabalho que, ao final da pesquisa, serão **discutidos**.

Para dar sequência aos itens que estruturam a pesquisa apresento a **METODOLOGIA INVESTIGATIVA**, que fornece informações acerca da organização e desenho da pesquisa realizada, os instrumentos utilizados e os sujeitos de pesquisa escolhidos.

No item seguinte, apresento o **REFERENCIAL TEÓRICO**, com questões acerca da 3.1: Legislação sobre a Inclusão Escolar; 3.2: Inclusão Escolar e 3.3: Gestão Escolar.

E, no item, **RESULTADOS E DISCUSSÕES**, apresento o resultado e a análise dos dados obtidos através da aplicação de um questionário aos sujeitos participantes da pesquisa. E, para concluir o estudo em: **CONSIDERAÇÕES FINAIS**, trago as reflexões realizadas.

2 METODOLOGIA INVESTIGATIVA

A pesquisa realizada foi fundamentada em uma abordagem de pesquisa qualitativa e exploratória, através do estudo de campo. Conforme André (1995, p. 17) a pesquisa qualitativa se caracteriza por ser um “[...] estudo do fenômeno em seu acontecer natural” se opondo ao método quantitativo de pesquisa, levando em conta todos os componentes de uma situação.

Já a pesquisa exploratória conforme Gil (2002) tem o objetivo de:

[...] proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-los mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado (GIL, 2002, p. 41).

Desta forma no estudo de campo, o pesquisador realiza a maior parte do trabalho pessoalmente, pois é enfatizada a importância de o pesquisador ter tido ele mesmo uma experiência direta com a situação de estudo. A pesquisa teve como

campo de análise uma escola da rede municipal de Santa Maria - RS, que atende alunos de anos iniciais e anos finais do ensino fundamental I.

O tipo da pesquisa corresponde a um Estudo de Caso, o qual, seguindo os subsídios teóricos de Lüdke e André (1986, p. 13), ancora-se em uma vertente qualitativa e “vem ganhando crescente aceitação na área de educação, devido ao seu potencial para estudar as questões relacionadas à escola”. O estudo de caso deve ser aplicado quando interessar ao pesquisador pesquisar uma situação singular, particular. Essas autoras comentam que este tipo de pesquisa apresenta características fundamentais, a seguir:

1 – Os estudos de caso visam à descoberta. 2 – Os estudos de caso enfatizam a ‘interpretação em contexto’. 3 – Os estudos de caso buscam retratar a realidade de forma completa e profunda. 4 – Os estudos de caso usam uma variedade de fontes de informação. 5 – Os estudos de caso revelam experiência vicária e permitem generalizações naturalísticas. 6 – Estudos de caso procuram representar os diferentes e às vezes conflitantes pontos de vista presentes numa situação social. 7 – Os relatos de estudo de caso utilizam uma linguagem e uma forma mais acessível do que os outros relatórios de pesquisa (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 18-20).

Para melhor desenvolvimento dessa investigação adotamos a pesquisa qualitativa, pois confiamos que essa nos possibilita uma visão mais apurada do nosso objeto de estudo. De acordo com Galliano (1986, p. 16) “por meio da investigação científica o homem reconstitui artificialmente o universo real em sua própria mente. Mas essa reconstituição ainda não é definitiva”. A pesquisa é um objeto necessário para a construção do conhecimento científico por essa razão a pesquisa qualitativa é a que mais responde ao nosso propósito de estudo. Segundo Michaliszyn e Tomasini (2005, p. 57):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, preocupando-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Trabalha com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. A abordagem qualitativa, ao contrário da quantitativa, aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas.

Optamos por esse tipo de pesquisa por acreditarmos que ela nos fornece melhores desdobramentos na interpretação dos dados coletados. Ainda em Michaliszyn e Tomasini (2005, p. 26):

o exercício da pesquisa nas ciências sociais deve ser, sobretudo, o do esforço por compreender o “outro”, o —diferentell, para que, a partir das diferenças observadas, sejamos capazes de melhor compreender a nós mesmos, nosso grupo social, a sociedade em que vivemos nossa cultura.

Esse tipo de pesquisa é importante para o trabalho porque apresenta dados a partir de questionário com professores envolvidos na gestão educacional. Podemos

perceber que a escolha desta é pertinente, pois fornece os indicadores do problema em estudo, com isso, podemos verificar os objetivos e relevância da equipe diretiva diante dos desafios da inclusão escolar.

Dessa maneira a pesquisa qualitativa contribui para a compreensão e interpretação dos fenômenos a qual o pesquisador tem interesse em se aprofundar no estudo ou de conhecer a realidade de determinado tema em questão, visto que essa pesquisa é de suma importância para chegar à conclusão do estudo ao qual está sendo investigado.

2.1 LÓCUS DE PESQUISA

A pesquisa foi realizada em uma escola municipal da cidade de Santa Maria – RS. Situada na região central do estado, com 1 779,556 km², tendo aproximadamente 296 081 habitantes, e uma densidade populacional de 166,4 hab./km², com 165 anos de emancipação política, segundo prévia do censo 2022 do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. É considerada uma cidade média e de grande influência na região central do estado devido também à Universidade Federal de Santa Maria, criada por José Mariano da Rocha Filho, e à Universidade Franciscana, elevada de centro universitário em 28 de março de 2018, o que considera cidade universitária.

2.2 SUJEITOS DE PESQUISA

O trabalho de pesquisa foi realizado com **duas professoras da mesma escola** da rede municipal de Santa Maria, a quem vou me referir como Gestora A e Gestora B.

No Quadro abaixo, para o leitor melhor visualizar, constam as informações sobre os sujeitos da pesquisa.

Quadro 1: Sujeitos da Pesquisa

Sujeitos da Pesquisa	Cargo em Exercício	Formação	Idade	Sexo
Gestora A	Coordenadora escolar	Pedagogia	44 anos	Feminino
Gestora B	Diretora	Educação Física	58 anos	Feminino

Fonte: Elaborado pela autora

Gestora A: formou-se em Pedagogia na UFSM (2007), possui pós-graduação em Gestão escolar, orientação e supervisão (2012), pós-graduação em Psicopedagogia na UFRGS (2014), começou o mestrado em Educação na UFN (2023) e atualmente é coordenadora escolar. **Gestora B:** formou-se em Educação Física Licenciatura Plena na UFSM (1986), possui Pós-Graduação em Gestão escolar, orientação e supervisão (2019), no ano de 2010 assumiu a vice direção da escola e atualmente é a diretora da mesma escola desde 2022.

2.3 INSTRUMENTO DE PESQUISA

A pesquisa será de campo, exploratória tendo como coletas de dados: o questionário. (**APÊNDICE B – ROTEIRO QUESTIONÁRIO**).

Marconi & Lakatos (1996, p. 88) definem o questionário estruturado como uma “[...] série ordenada de perguntas, respondidas por escrito sem a presença do pesquisador”. Dentre as vantagens do questionário, destacam-se as seguintes: ele permite alcançar um maior número de pessoas; é mais econômico; a padronização das questões possibilita uma interpretação mais uniforme dos respondentes, o que facilita a compilação e comparação das respostas escolhidas, além de assegurar o anonimato ao interrogado.

O questionário aplicado foi um questionário aberto, facilitando uma melhor compreensão das respostas indicadas. Portanto, será por intermédio do questionário que iremos interpretar sobre o que pensam os professores a respeito da inclusão escolar, e para que a nossa questão de estudo possa ser respondida e nosso trabalho venha ser enriquecido.

Analisou-se também, o Projeto Político Pedagógico -PPP, da referida escola, a fim de perceber se ocorre a materialização do mesmo no trato para com as questões de inclusão de alunos especiais, pois, “a escola é o lugar de concepção, realização e avaliação de seu projeto educativo, uma vez que necessita organizar seu trabalho pedagógico com base em seus alunos” (VEIGA, 2006, p. 12).

Nessa perspectiva, é fundamental que ela assuma suas responsabilidades, sem esperar que as esferas administrativas superiores tomem essa iniciativa, mas que lhe deem as condições necessárias para levá-la adiante. Para tanto, é importante que se fortaleçam as relações entre escola e sistema de ensino.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 LEGISLAÇÃO E ASPECTOS LEGAIS DA INCLUSÃO ESCOLAR DO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Todas as pessoas são seres humanos como ponto de partida os indivíduos aprendem por meio de sua singularidade, todos têm suas próprias diferenças a fim de encontrar um aprendizado satisfatório, contemplar suas necessidades e o pleno desenvolvimento de todos. Sendo assim a educação inclusiva visa quebrar o velho paradigma excludente existente em nossa sociedade.

Portanto, para que a educação inclusiva e especial aconteça temos alguns documentos que norteiam a educação inclusiva no Brasil que são: a Constituição Federal de 1988, Declaração de Salamanca (1994), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN - Lei nº 9.394/1996), Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE - 2008), Plano Nacional de Educação (PNE - 2014), Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI - Lei nº 13.146/2015).

A Constituição Federal de 1988 é a lei fundamental do país e estabelece os direitos e deveres dos cidadãos, a estrutura do governo e os princípios básicos da nação.

A função social da escola deliberada na Constituição Federal (1988) expressa o direito de todos à educação clarificando que esse direito tem por objetivo o pleno desenvolvimento da pessoa para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Dessa feita, o essencial da gestão é asseverar uma educação de qualidade para todos, considerando que a qualidade na educação é a promoção para todos do

acesso ao conhecimento, ao desenvolvimento das capacidades cognitivas e ao atendimento educacional especializado quando necessário.

Carneiro (2004) fundamenta sua ideia de escola inclusiva, como uma escola que visa possibilidade de que todas as pessoas participem igualmente das oportunidades oferecidas pela escola. E ainda, que todas as pessoas sejam respeitadas nesse ambiente escolar pelo que são como seres humanos, não importando suas diferenças, seu sexo, idade, origens étnicas, opção sexual ou suas deficiências.

A Declaração de Salamanca, adotada em 1994 durante a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, realizada em Salamanca, Espanha, teve como foco principal a educação inclusiva. Desse modo, a Conferência de Salamanca:

Propiciou uma oportunidade única de colocação da Educação Especial dentro da estrutura de “educação para todos” firmada em 1990 (...) Ela promoveu uma plataforma que afirma o princípio e a discussão da prática de garantia de inclusão das crianças com necessidades especiais nessas iniciativas e a tomada de seus lugares de direito numa sociedade de aprendizagem (Brasil, 1994, p.05).

A Declaração de Salamanca foi um passo fundamental na promoção da educação inclusiva em todo o mundo, e seus princípios continuam a orientar esforços para garantir que todas as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de suas diferenças.

Para Salete (2008), a legislação brasileira garante, hoje, aos alunos com históricos que as tornem dependentes de necessidades educacionais especiais, o direito de se matricular e de serem frequentes em uma escola e classe regulares. Entretanto, para que estes alunos possam desfrutar de modo pleno seus direitos de acesso ao conhecimento, o contexto escolar deve se moldar, a fim de poder responder, com ajustamentos e qualidade, às necessidades de cada aluno. Para atender a essa clientela e às suas necessidades, a escola regular precisa promover as modificações que forem necessárias.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN - Lei nº 9.394/1996) dedica atenção especial à Educação Inclusiva, garantindo o direito à educação de pessoas com deficiência, estabelecendo os alicerces legais para a promoção da educação inclusiva no Brasil, buscando garantir o direito à educação de qualidade para todas as pessoas, independentemente de suas condições.

Outro importante documento que aborda a educação inclusiva, e que não se pode deixar de mencionar, é a **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE - 2008)**. Trata-se de um documento brasileiro elaborado em 2008 com o objetivo de orientar a política pública de educação especial no país, que estabeleceu metas e estratégias para promover a inclusão de pessoas com deficiência no sistema educacional, garantindo seu acesso a uma educação de qualidade.

O plano visava assegurar o direito à educação de todas as pessoas com deficiência, promovendo a inclusão e a igualdade de oportunidades. É importante observar que o PNEE de 2008 foi atualizado com a promulgação do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n.º 13.146/2015), que introduziu mudanças significativas nas políticas de inclusão e direitos das pessoas com deficiência no Brasil.

De 2014 a 2024, o Plano Nacional de Educação (PNE - 2014), estabelece metas e diretrizes para a educação no Brasil tendo como objetivo melhorar a qualidade da educação e promover a inclusão social, garantindo o acesso à educação para todos os cidadãos. E, para garantir os direitos e inclusão das pessoas com deficiência, foi sancionada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI - Lei nº 13.146/2015). Uma legislação brasileira que foi promulgada com o objetivo de garantir os direitos e a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade. Ela aborda diversos aspectos, como acessibilidade, educação, trabalho, saúde e outros, com o intuito de promover a igualdade e a dignidade dessas pessoas. A lei estabelece normas para a eliminação de barreiras e discriminações, bem como a promoção da autonomia e participação ativa das pessoas com deficiência na vida social e econômica do país.

3.2 A INCLUSÃO ESCOLAR: UM DIREITO DE TODOS

O grande desafio que se impõe à escola hoje é o de localizar maneiras de dar respostas efetivas às necessidades educacionais de uma população escolar cada vez mais heterogênea e diversificada, de construir uma escola efetivamente inclusiva, uma escola que aceite e acolha a todos e os trate de forma diferenciada de maneira a suprir todas as necessidades encontradas. Essa filosofia organizacional pautada nas bases da inclusão, integração e participação deve ser complementada com medidas paralelas e auxiliares nos setores da saúde, segurança social, formação profissional

e no emprego. Assim sendo, tal transformação sugere a adoção de perspectivas comunitárias que sinalizem para o aumento das redes de arrimo social que dinamizem a participação ativa das famílias, que movimentem a comunidade educativa, a comunidade em geral, os meios de comunicação, na promoção de atitudes positivas específicas na sociedade em geral, e na escola particularmente. Isso implica em investimentos em benefício da infraestrutura escolar, no alargamento da rede, na formação do corpo docente, na transformação dos currículos, na unificação dos estudos, na ampliação da escolaridade obrigatória. (COSTA et. al., 2000).

Conforme Freitas (2002), uma escola para todos somente se tornará realidade quando a escola for além de um local apenas de aprendizagem, um local de conscientização e de luta contra as desigualdades sociais.

Salete (2008), implementa um modelo de escola inclusiva que siga alguns parâmetros abaixo relacionados:

- Número de alunos por sala. As teorias recomendam um número máximo de 25 alunos, para uma sala inclusiva, sendo que destes, no máximo 02 alunos apresentem necessidades educacionais especiais, entretanto, não é uma regra fixa, pois configurações diferentes desta também têm sido experimentadas e sido bem sucedidas, mas para que aconteça uma inclusão de um número maior de alunos com necessidades educacionais especiais há que se ter uma escola estruturada capaz de suprir todas as necessidades dessas crianças e de bem promover a aprendizagem.

- A criação de condições físicas, ambientais e materiais para o aluno, em sua unidade escolar constando de: - adaptação do espaço físico; - aquisição de mobiliário, equipamento, recursos materiais e material didático específico necessário, que possa facilitar o processo de aprendizagem, bem como a adaptação dos materiais de uso comum para atender a todos sem distinção; - capacitação do corpo docente com formações específicas e continuadas, bem como orientação e capacitação de todos os que lidam diretamente com os alunos no ambiente escolar; - a concretização de ações que garantam a interdisciplinaridade, no trato temático, e a transetorialidade, na atenção ao aluno.

Segundo Pacheco (2006), em seu artigo "Ressignificar a Escola" é importante ressaltar que para a concretização da inclusão escolar, é fundamental e indispensável a modificação da maneira de organização das escolas. Para que a inclusão deixe de ser apenas acessório é preciso questionar as práticas educativas dominantes e hegemônicas – é preciso reconfigurar as escolas.

Segundo Porter (1994), a escola inclusiva é um sistema educacional e de ensino onde os alunos com necessidades educativas especiais, incluindo os alunos com deficiência, são educados nas escolas do bairro onde moram, em salas de aula regulares, adequadas para a sua idade (cronológica), com outras crianças que não têm deficiências e onde lhes são proporcionados ensino e apoio de acordo com as suas capacidades e necessidades individuais.

A necessidade de mudança rápida e de construção de uma escola inclusiva, onde todos os alunos devem aprender juntos independentemente das dificuldades, das necessidades educacionais e das diferenças que apresentam (Declaração de Salamanca, 1994) cria perspectiva em todos aqueles envolvidos no processo educacional, profissionais e pais, que querem romper com todas as formas de exclusão social.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) é apontada pela abertura de probabilidade para a efetivação de modificações no currículo escolar, apresenta conceitos que flexibilizam e inovam, orientados por concepções pedagógicas pautadas diretamente à aprendizagem dos alunos, onde todos os processos da escola são vivenciados, desde princípios, procedimentos metodológicos, avaliação, definição e desenvolvimento de conteúdo. O princípio da gestão escolar democrática, além de ser um princípio legal, constitui-se numa exigência ética e política, que possibilite, cada vez mais a participação efetiva da sociedade no planejamento e acompanhamento das políticas educacionais, implementadas pelos sistemas de ensino no País.

Nesse sentido, Glat e Nogueira (2002) ressaltam que as políticas públicas em apoio à inclusão devem ser solidificadas na forma de programas de capacitação e acompanhamento contínuo, que orientem o trabalho docente na perspectiva da diminuição gradativa da exclusão escolar, o que virá a beneficiar não apenas os alunos com necessidades especiais, mas, de uma forma geral, a educação escolar como um todo.

A função social da escola determinada na Constituição Federal (1988) proclama o direito de todos à educação aclarando que esse direito visa o pleno desenvolvimento da pessoa para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Sob esse parâmetro, o fundamental da gestão educacional é garantir uma educação de qualidade para todos, considerando que a qualidade na educação é a promoção para todos do acesso ao conhecimento, ao desenvolvimento das

capacidades cognitivas e ao atendimento educacional especializado sempre quando necessário.

Para Monteiro (2020), a educação inclusiva precisa garantir um conjunto de recursos e serviços educacionais, aparelhados institucionalmente de maneira a apoiar, complementar, suplementar e até substituir os serviços educacionais comuns, garantindo que as diferenças dentro da diversidade humana sejam atendidas. Diz ainda a autora, que o comprometimento dos educadores e gestores deve ser o de garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento pleno do indivíduo, em todos os níveis, etapas e modalidades da educação.

3.3 GESTÃO ESCOLAR: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Nesse item, será utilizado o termo gestão escolar em detrimento de administração escolar, partindo-se da compreensão de que são termos distintos, ao se tratar de educação. Para Santos Filho (1998), administração traz, no caso da educação, uma concepção técnica, hierarquizada e fragmentada, baseada no poder e na autoridade. O autor prefere a utilização de gestão escolar, que leva ao conceito de compartilhamento de ideias, participação de todos no processo de organização e funcionamento da escola. Bordignon e Gracindo (2000) compreendem que gerenciar uma escola é diferente de gerenciar outras organizações sociais, devido à sua finalidade, estrutura pedagógica e às relações internas e externas.

A gestão escolar é fundamental para o desenvolvimento pedagógico da escola, por ser capaz de proporcionar abertura de novos espaços para transformação do cotidiano escolar. Para que suas ações no processo de inclusão se efetivem é necessário à flexibilidade do seu trabalho, considerando importante pensar à diversidade de opiniões. Como reitera Sage (1999, p. 138):

O diretor deve ser o principal revigorador do comportamento do professor que demonstra pensamentos e ações cooperativas a serviço da inclusão. É comum que os professores temam inovação e assumam riscos que sejam encarados de forma negativa e com desconfiança pelos pares que estão aferrados aos modelos tradicionais. O diretor é de fundamental importância na superação dessas barreiras previsíveis e pode fazê-lo através de palavras e ações adequadas que reforcem o apoio aos professores.

Sage (1999) analisa a importância do diretor para as ações que podem ser desenvolvidas no âmbito escolar, mostrando que este deve encorajar os professores para que os objetivos propostos para a inclusão dos alunos especiais possam ser

alcançados. A gestão escolar tem o dever de tomar iniciativas, inclusive de cunho administrativo, para a implantação de projetos de educação inclusiva.

Aos gestores cabe refletir sobre as mudanças em vigor e contribuir com a construção de uma comunidade inclusiva, atuando na formação docente segundo o viés inclusivo e na articulação entre a escola e a comunidade, ou seja, se enveredando tanto no favorecimento de acessibilidade arquitetônica, estrutural e nos recursos pedagógicos quanto na construção de uma cultura colaborativa e cooperativa entre os membros da comunidade escolar, bem como orientando e organizando as funções e atuações dos profissionais de forma consonante ao alcance do objetivo inclusivo (SAGE, 1999).

A gestão escolar envolve o desenvolvimento de um plano estratégico que define metas, objetivos e estratégias para melhorar o desempenho acadêmico e a eficiência operacional da escola.

Ressalta-se também a importância do Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, que instituiu o Atendimento Educacional Especializado (AEE), na qual denota mais uma vez como a pauta da educação especial vem sendo cada vez mais discutida, bem como à compreensão do espaço escolar como célula mater na promulgação da **democracia. Visto** que possibilitar o acesso/permanência de todos à educação – independentemente das condições primárias – se configura conforme Veiga (2004, p. 17), uma demonstração de que a organização do trabalho em uma escola democrática, pública e gratuita norteia-se, entre outros princípios, pela: igualdade de condições para acesso e permanência na escola.

Conquanto, Reis (2000) assinala que, por vezes, a prática do gestor, nas escolas brasileiras, é dificultada pelas exigências das atividades burocráticas e administrativas, esse profissional precisa ser ativo e atuante, solicitando ações que envolvam o acompanhamento, questionamento, discussões e avaliações em conjunto com os participantes do projeto educacional inclusivo, a fim de exercitar as dimensões educacional, social e política, inerentes a sua função.

Esta prática assemelha-se à que Karagiannis, Stainback e Stainback (1999) teorizam sobre a necessidade de as escolas firmarem-se como comunidades acolhedoras, sendo que o primeiro passo desse processo seria o desenvolvimento de uma cultura escolar baseada no reconhecimento, na valorização e no respeito a todos os alunos e é nesse sentido que o gestor educacional deve atuar.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A instituição pesquisada é uma escola da rede pública de ensino e adota como filosofia o seguinte princípio:

O ser humano é dotado de inteligência, raciocínio, capacidade de analisar, criticar e entender o porquê das coisas, e ser, portanto, elemento de transformação social. Tem como prioridade trabalhar valores morais e princípios democráticos, respeitando seu saber cultural, e permeando o conhecimento científico para que ele se torne bem estruturado no meio em que vive (PPP, 2012, p.1).

O PPP reflete a intenção da Escola, que foi elaborado dentro dos princípios democráticos, construído coletivamente, envolvendo todos os segmentos, com responsabilidade, comprometimento e respeito, visando inovar a prática pedagógica e elevar a qualidade do ensino público.

Através de diálogo com membros da equipe diretiva da Escola, constatou-se que o PPP é revisado a cada ano e, sempre que se faz necessário, é consultado pela comunidade escolar.

A equipe gestora que participou dessa pesquisa foi composta pela Coordenadora Pedagógica (Gestora A) e pela Diretora (Gestora B). O questionário aplicado foi composto de cinco perguntas (APÊNDICE B).

As duas primeiras questões estão relacionadas ao **processo de inclusão**. A primeira questão aponta para o envolvimento da equipe gestora na tomada de decisões no que diz respeito ao processo de inclusão. As opiniões têm um ponto em comum que é a tomada de decisão de forma democrática. A gestora “A” deu destaque ao envolvimento de todos os segmentos da Escola na decisão, enquanto o gestor “B” apenas se referiu a uma forma de *“garantir condições de acesso aos alunos com necessidades educacionais especiais”*.

A segunda questão foi realizada aos sujeitos da pesquisa para saber: Quem são os alunos com necessidades especiais na escola. De acordo com o relato das gestoras A e B, existem na escola, alunos com Deficiência Visual (baixa visão e cegueira), com Transtorno do Espectro Autista, Deficiência Intelectual, na sua maioria, **público da Educação Especial que recebem o AEE na sala de recursos**. A gestora “B” assinalou que: *“os alunos com necessidades especiais se manifestam de várias maneiras. Temos alunos com deficiência intelectual, alunos que possuem dificuldade de comunicação. Temos também alunos que apresentam grande dificuldade de aprendizagem”*.

As respostas das participantes estão relacionadas à escola inclusiva, pois, como afirma Carvalho (2004, p.29):

As escolas inclusivas são escolas para todos, implicando num sistema educacional que reconheça e atenda às diferenças individuais, respeitando as necessidades de qualquer dos alunos. Sob essa ótica, não apenas portadores¹ de deficiências seriam ajudados e sim todos os alunos que, por inúmeras causas, endógenas ou exógenas, temporárias ou permanentes, apresente dificuldades de aprendizagem ou no desenvolvimento.

A partir dessa concepção fica evidente que há muitos alunos que apresentam problemas ou dificuldades de aprendizagem, por razões inerentes a sua compleição física, limitações sensoriais ou déficits intelectuais. Entretanto, há um sem número de alunos que não atingem às expectativas de aprendizagem e avaliação da escola em decorrência das condições econômicas e culturais desfavoráveis que vivenciam.

A terceira questão está relacionada aos **aspectos legais**. As duas gestoras foram unânimes ao afirmarem que têm conhecimento das leis que garantem a acessibilidade dos alunos com necessidades especiais na escola regular de ensino. A gestora “A” destacou que *“em algumas reuniões realizadas pela equipe gestora essas leis foram discutidas”*, mas sem citar as leis, um dos itens solicitados na pergunta. A resposta da gestora “B” foi mais **íntegra** ao dizer que acredita que *“todos os envolvidos no processo de aprendizagem conhecem o que a constituição estabelece como lei, o Estatuto da Criança e Adolescente, a LDB e as resoluções do Conselho de Educação”*.

Os aspectos legais da inclusão são amplamente divulgados pela mídia (televisão, blogs, youTube, entre outros). Por isso, mesmo que as gestoras não tenham lido todos os documentos, elas sabem que existem e que as determinações devem ser cumpridas.

A quarta e a quinta questões voltam-se para as **ações desenvolvidas** pela gestão escolar para garantir acessibilidade e educação de qualidade para os alunos com necessidades especiais. A gestora “A” considerou que: *“os alunos com deficiência têm as mesmas oportunidades que outros alunos da classe regular que não apresentam deficiência alguma. Adaptações necessárias já foram realizadas e continuam sendo, como por exemplo, ao recebermos o primeiro aluno com baixa visão os quadros das salas de aula foram sendo trocados por quadros brancos, à medida*

¹ Como trata-se de uma citação o termo “portador” será conservado no texto. (PAVÃO, A. C. O; PAVÃO, S.M. de O. As diferentes condições dos sujeitos com necessidades educacionais especiais. In: Fundamentos da Educação Especial, 2019, p 44.

em que o aluno avançava de ano, até que todas as salas passaram a ter esse tipo de adaptação”

Abaixo, a imagem do quadro branco, para exemplificar a primeira adaptação realizada na escola, conforme a fala da gestora A.

Imagem: Quadro Branco



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Imagem: Contraste favorecendo a percepção visual



Fonte: Arquivo pessoal da autora

A qualidade da percepção visual, com o uso do quadro branco, depende muito da combinação de diversos fatores, como por exemplo tamanho, contraste, cores e iluminação adequada. Determinadas questões devem ser levadas em conta para a inclusão do aluno com baixa visão. Dentre estas estariam: iluminação adequada do ambiente de estudo; posicionamento do aluno de forma que a claridade não incida sobre seus olhos ou que gere sombras que dificultem a leitura e escrita; evitar reflexos na lousa e evitar superfícies muito brilhantes que possam ofuscar a incidência da luz.

O aumento do contraste também favorece a percepção visual, como por exemplo o contraste preto no branco; lousa branca e caneta preta; sublinhar o texto para destacar palavras e frases.

Ainda, **apresento** abaixo fragmento da Gestora A, quando menciona que foram realizadas: *“troca de classes adaptada para cegos poderem utilizar a máquina de braille; acessibilidade nos banheiros, escadas, corredores etc. Então, foram realizadas várias mudanças e adaptações no espaço escolar, no intuito de garantir uma educação de qualidade para os alunos com deficiência que já passaram pela escola, que estão, atualmente, matriculados e aqueles que, certamente, virão estudar em nossa instituição de ensino”*.

Para ilustrar o que a Gestora A comentou acima.

Imagem: Máquina Braille



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Imagem: Braille do banheiro feminino



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Imagem: Braille do banheiro masculino



Fonte: Arquivo pessoal da autora

A única modificação que não é possível realizar é para alunos com deficiência motora (cadeirante, principalmente), pois o prédio é particular e as salas de aulas são nos andares superiores ao térreo, portanto, não há como reestruturar o espaço.

A escola não tem elevadores, apesar do prédio conter três andares, por onde o acesso é feito exclusivamente por meio de escadas.

A gestora A faz referência ao prédio da escola que não pode ser alterado, pois trata-se de um comodato, portanto, não pode ser alterado devendo ser devolvido do mesmo jeito de quando foi emprestado.

A gestora "B" apenas afirmou que "*a equipe gestora busca colocar em prática a política de inclusão em parceria com a Secretaria Municipal de Educação*".

Abaixo imagens das escadas que dão acesso aos andares superiores, sendo possível visualizar corrimões presentes nas escadas com sinalização em braille.



Arquivo pessoal da autora – Escadas da escola



Arquivo pessoal da autora – Corrimão das escadas da escola com sinalização em braille.

Nas duas respostas se visualiza uma atuação ampla, pois a inclusão na rede regular de ensino não pode representar o simples cumprimento de uma determinação legal. A inclusão é um processo lento e contínuo, que envolve uma mudança de mentalidade. Isso se reflete nas atitudes diárias, no acolhimento e na solidariedade. O “incluso” não pode se sentir apenas integrado, mas sim incluído, sentir-se valorizado por pertencer à escola e participar dela (BOAVENTURA, 2008).

As respostas da equipe gestora da Escola permitem uma visualização do fazer inclusivo diário. A busca por recursos humanos e materiais, bem como o conhecimento da legislação são apenas alguns dos aspectos relacionados à escola inclusiva. Quer dizer, existe uma preocupação da gestão escolar em disponibilizar recursos humanos e materiais, e a participação efetiva na inclusão dos alunos com necessidades especiais nas salas de aula do ensino regular.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar a percepção de gestores no que se refere à inclusão de alunos com necessidades especiais em uma escola da rede pública municipal. Esta pesquisa foi desenvolvida em três etapas: levantamento bibliográfico e questionário; e, por último, análise dos dados e discussão dos resultados.

A prática da inclusão social se baseia em princípios diferentes do convencional: aceitação das diferenças individuais, valorização de cada pessoa, convivência dentro da diversidade humana, aprendizagem por meio da cooperação.

Sendo assim, a inclusão significa a modificação da sociedade como pré-requisito para as pessoas com necessidades especiais buscar seu desenvolvimento e exercer sua cidadania. Então, é preciso preparar a escola para incluir nela o aluno especial, e não o contrário. Educar crianças em segregadas salas de educação especial significa negar-lhes o acesso a formas ricas e estimulantes de socialização e aprendizagem que somente acontecem na sala de aula de ensino regular devido à diversidade presente neste ambiente.

Todos os estudos explicitados neste trabalho mostram que a inclusão é possível e que através dela, os indivíduos identificados público da Educação Especial têm maiores chances de estabelecer significativos laços de amizade, de desenvolverem-se físico e cognitivamente e de serem membros ativos na construção

do seu conhecimento. Portanto, para que a inclusão aconteça de forma efetiva ela deve acontecer em todos os âmbitos sociais. Todos devem participar do processo inclusivo: pais, professores, escola e comunidade, ou seja, toda a sociedade deve se conscientizar da importância e da necessidade do processo inclusivo em todas as dimensões e especialmente na educação, através do envolvimento de todas as autoridades e profissionais desta área através de ações da gestão escolar.

No entanto, é necessário ressaltar que a gestão escolar tem um importante papel além da obtenção de recursos materiais e humanos. Ela pode e precisa ser uma articuladora e apoiadora dos saberes pedagógicos, fazendo com que nenhum professor se sinta isolado em sua prática em sala de aula. Para atender às necessidades das diversidades presentes na escola, necessita haver uma prática reflexiva constante sobre a teoria e práxis. Essa reflexão não pode ocorrer apenas em nível individual, mas em todos os momentos nos quais a gestão escolar e corpo docente dialogam sobre as práticas inclusivas.

Pela análise do questionário é possível perceber a importância do papel dos gestores diante da inclusão de alunos **com necessidades escolares**, pois cabe a gestão escolar **garantir a acessibilidade a estes alunos assegurando aos alunos melhores condições através de uma gestão democrática.**

A realização deste trabalho foi de suma importância, pois nos proporcionou compreender que a gestão escolar é um dos elementos determinantes para o desempenho de uma escola, atrelada a democratização e a participação que leva à consciência de cidadania como prática da transformação social, possibilitando a construção de uma escola/sociedade mais justa e democrática. Isso poderá ser possível, se as instituições escolares e seus dirigentes, apropriarem-se dos princípios da democracia e da participação, em suas práticas cotidianas.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da Prática Escolar**. Campinas, SP, 1995.

BOAVENTURA, R. S. **A gestão escolar na perspectiva da inclusão**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2008.

BORDIGNON, Genuíno; GRACINDO, Regina Vinhaes. **Gestão da educação: o município e a escola**. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Ângela da S. (Org.). *Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos*. São Paulo: Cortez, 2000. p. 147-176.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 498 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 18 de novembro de 2023.

BRASIL, CORDE. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, 1994.

BRASIL. Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Presidência da República/Casa Civil/ Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 2011.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base**. – Brasília, DF: Inep, 2015.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. 9394/1996.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10278.htm Acesso em: 18 de novembro de 2023.

CARNEIRO, Roberto. **Aprender a educar no século XXI**. 2004. Palestra proferida no Seminário dos 10 anos do Mestrado em Educação da UCB, Brasília, 2004. Não publicado.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos "is"**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

COSTA, A.M.B; LEITÃO, F.R.; SANTOS, J; PINTO, J.V.; FINO, N.D. **Diferenciação curricular e inclusão**. Portugal, Instituto de Inovação Educacional do Ministério da Educação, 2000.

FREITAS, Luiz Carlos. **A internalização da exclusão. Educação e Sociedade.** Campinas: Cedes, v. 23, n. 80, p. 229-325, set. 2002. ISSN 0101-7330.

GALLIANO. **O método científico: teoria e prática.** Editora Harper& Row do Brasil Ltda. São Paulo: 1979. p. 16.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisar.** São Paulo, 2002.

GLAT, R.; NOGUEIRA, M. L. L. **Políticas educacionais e a formação de professores para educação inclusiva no Brasil.** Revista Integração. n.24, p.2227, 2002.

KARAGIANNIS, A., STAINBACK, W. & STAINBACK, S. **Fundamentos do ensino inclusivo.** Em S. Stainback & W. Stainback (Orgs.), **Inclusão: um guia para educadores.** Porto Alegre: Artes Médicas. 1999 (Trabalho original publicado em 1996)

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados.** 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MICHALISZYN, Mario Sergio e TOMASINI, Ricardo. **Pesquisa: orientações e normas para elaboração de projetos, monografias e artigos científicos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

MONTEIRO, Mariângela da Silva. **Ressignificando a educação: a educação inclusiva para seres humanos especiais.** Disponível em: www.educacaoonline.pro.br. Acesso em: 19 jul. 2020.

PACHECO, José et al. (org.). **Caminhos para a inclusão: um guia para aprimoramento da equipe escolar.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008. BRASIL. Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009.

PORTER, G. **Organização das Escolas: conseguir o acesso e a qualidade através da inclusão.** Comunicação apresentada na Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade. (Salamanca). 1994.

REIS, M. G. **O compromisso político-social do diretor como educador.** Dissertação de Mestrado Não-Publicada, Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos: 2000.

SAGE, Daniel. **Estratégias administrativas para a realização do ensino inclusivo.** In: STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

SALETE, Maria Fábio Aranha. **Adaptações de grande porte**. Disponível em <http://www.redebrasil.tv.br/salto/boletins2002/feei/tetxt4.htm>. Acesso em 17 de agosto de 2023.

SANTOS FILHO, José Camilo dos. **Democracia institucional na escola**: discussão teórica. *Revista de Administração Educacional*, Recife, v. 1, n. 2, p. 41-101, jan./jun. 1998.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Educação básica**: Projeto político-pedagógico; Educação Superior; Projeto político-pedagógico. Campinas, SP: Papirus, 2004.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **O Projeto Político Pedagógico da Escola**: uma construção possível. 22 ed. Campinas: Papirus, 2006.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO CENTRO DE EDUCAÇÃO CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NOTURNO

Título do estudo: A gestão educacional diante dos desafios da inclusão escolar.

Pesquisador orientador: Prof.^a Dra. Elisane Maria Rampelotto

Instituição/Departamento: Departamento de Educação Especial

Endereço postal completo: Avenida Roraima, 1000, prédio 16, sala 3244 A. CEP 97105-970 - Santa Maria - RS.

Telefone: 55 99976 5321

E-mail: elisane.rampelotto@ufsm.br

Pesquisador responsável: Ana Paula Braga Beise

Endereço Postal completo: Rua Marechal Floriano Peixoto, 1357, AP 401 Bloco Amarelo, CEP: 97015-373 - Santa Maria - RS.

Telefone: 55 99905 5433

E-mail: beiseaninha@gmail.com

Local da coleta de dados: Escola Municipal de Ensino Fundamental de Santa Maria - RS.

Eu Ana Paula Braga Beise, responsável pela pesquisa: A GESTÃO EDUCACIONAL DIANTE DOS DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR, o convidamos a participar como voluntário deste nosso estudo.

Por meio desta pesquisa pretende-se conhecer os desafios do Gestor Educacional de uma escola da Rede Municipal de Ensino de Santa Maria para a Inclusão Escolar. Acreditamos que ela seja importante porque dentre os deveres da instituição de ensino, está o de preservar os direitos básicos das crianças e adolescentes. Para o desenvolvimento deste estudo será feito o seguinte: será realizado um estudo exploratório, qualitativo. Sua participação constará em responder a um questionário.

Sendo sua participação voluntária, você não receberá benefício financeiro. Os gastos necessários para a sua participação na pesquisa serão assumidos pelos pesquisadores.

É possível que aconteçam os seguintes desconfortos ou riscos de você não se sentir à vontade para participar respondendo ao questionário, demonstrar timidez ou ainda falar de alguma lembrança que gere tristeza. Desta forma, caso ocorra algum problema decorrente de sua participação na pesquisa, você terá acompanhamento e assistência que será prestada por meio de acompanhamento dos pesquisadores de forma gratuita. Fica, também, garantido o seu direito de requerer indenização em caso de danos comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa.

Ou

A participação neste projeto pode envolver riscos mínimos, tais como cansaço ou constrangimento no decorrer de responder ao questionário. Caso isso se manifeste, o participante poderá desistir de seu envolvimento no projeto. Fica, também, garantido o seu direito de requerer indenização em caso de danos comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa.

Você tem garantida a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão.

Durante todo o período da pesquisa você terá a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento. Para isso, entre em contato com algum dos pesquisadores ou com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e poderão ser divulgadas em eventos ou publicações, sem a identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação.

Fica, também, garantida indenização em casos de danos comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa.



Ana Paula Braga Beise
Pesquisadora Responsável
Discente do Curso de
Educação Especial



Elisane Maria Rampelotto
Pesquisadora Orientadora
Prof.^a Departamento de Ed. Especial

Participantes:

Eu, [REDACTED], RG N. [REDACTED] informo que fui esclarecido (a), de forma clara e detalhada, livre de qualquer forma de constrangimento ou coerção, sobre os objetivos, riscos e benefícios, além de ser informado sobre os meus direitos como participante desta pesquisa, da qual aceito participar livre e espontaneamente.

[REDACTED]
Assinatura do participante

Data: 20 / 10 /2023.

Eu, [REDACTED], RG N. [REDACTED] informo que fui esclarecido (a), de forma clara e detalhada, livre de qualquer forma de constrangimento ou coerção, sobre os objetivos, riscos e benefícios, além de ser informado sobre os meus direitos como participante desta pesquisa, da qual aceito participar livre e espontaneamente.

[REDACTED]
Assinatura do participante

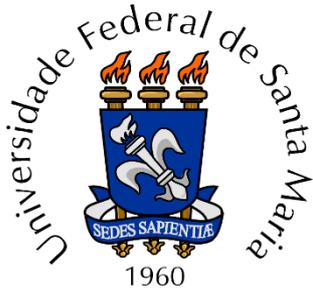
Data: 24 / 10 /2023.

Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato:

CEP/UFSM: Avenida Roraima, 1000 - 97105-900 -Prédio da Reitoria - 2º andar - Cidade Universitária - Bairro Camobi - Santa Maria – RS. Tel.: (55)32209362; e-mail: cep.ufsm@gmail.com

Equipe de pesquisa: Pesquisador Orientador, Prof.ª Dra. Elisane Maria Rampelotto, e-mail: elisane.rampelotto@ufsm.br, Pesquisadora responsável: Ana Paula Braga Beise, e-mail: beiseaninha@gmail.com

APÊNDICE B – ROTEIRO QUESTIONÁRIO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA CENTRO DE EDUCAÇÃO LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL - NOTURNO



Título do projeto: A gestão educacional diante dos desafios da inclusão escolar.

Acadêmica: Ana Paula Braga Beise

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Elisane Maria Rampelotto

ENTREVISTADO (A): Gestores (as) educacionais de uma escola da Rede Municipal de Ensino de Santa Maria.

PREÂMBULO: Meu nome é Ana Paula, sou acadêmica do Curso de Graduação em Educação Especial, noturno, da Universidade Federal de Santa Maria. Este questionário será realizado com a finalidade de coletar dados para pesquisa que está sendo desenvolvida para o meu projeto cujo tema é **a gestão educacional diante dos desafios da inclusão escolar** e o objetivo é investigar como se dá a participação da gestão a fim de compreender as dificuldades frente à efetivação de uma Escola Inclusiva. Acreditamos que pela sua experiência e vivência enquanto gestor (a) de escola poderá nos auxiliar na coleta de informações dessa pesquisa, e por isso gostaria de saber se poderia colaborar com essa atividade. Cabe salientar que seus dados pessoais serão preservados no momento de análise e discussão dos resultados conforme explicitado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado por mim, pela minha orientadora e por você.

Na falta de espaço, ao responder as questões, você poderá utilizar o verso ou anexar novas folhas.

QUESTIONÁRIO

1) Como acontece o envolvimento da equipe gestora na tomada de decisões no que diz respeito ao processo de inclusão?

2) Quem são os alunos com necessidades especiais na escola?

3) A equipe gestora da escola conhece as leis que garantem a acessibilidade do aluno com necessidades especiais na escola regular? Pode citá-las?

4) O que a equipe gestora já tem feito e está fazendo para garantir educação de qualidade para os alunos com necessidades especiais?

5) A escola tem passado ou está passando por mudanças que garantem a acessibilidade dos alunos com necessidades especiais? Quais são essas mudanças?

Você pode utilizar o verso das folhas para fazer alguma consideração não contemplada nas questões anteriores.

APÊNDICE C – AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu, [REDACTED] abaixo assinado, responsável pela [REDACTED] autorizo a realização do estudo **A GESTÃO EDUCACIONAL DIANTE DOS DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR**, a ser conduzido pelos pesquisadores Profa. Dra. Elisane Maria Rampelotto e a acadêmica Ana Paula Braga Beise.

Fui informado, pelo responsável do estudo, sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento.

Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Santa Maria, 11 de setembro de 2023.

[REDACTED]
Assinatura e carimbo do responsável institucional

[REDACTED]